

A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

¹ FERNANDA LUIZA DE CARVALHO; ² BEATRIZ HOBUS HARTWIG;
³ VALTAIR AUGUSTO; ⁴ ALINE NUNES DA CUNHA DE MEDEIROS

¹ Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) – ferluizananda@gmail.com

² Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) – beatrizhobushartwig@gmail.com

³ Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) – valtairaugusto@hotmail.com

⁴ Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) – alinencm@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetiva pensar a inclusão no ensino superior, tendo como locus a Universidade Federal de Pelotas, considerando o papel do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão nessa missão. O NAI¹, no organograma, faz parte da Coordenação de Diversidade e Inclusão que está ligada ao Gabinete da Reitoria. O núcleo é composto por duas seções: Seção de Atendimento Educacional Especializado e a Seção de Intérpretes de Libras. Na página do NAI é possível acompanhar informações acerca da sua emergência, datando de 15/08/2008 como o marco de surgimento. Outro destaque refere-se ao vínculo com o projeto “Incluir”, do Ministério de Educação. A seguir, a finalidade do NAI:

“atua promovendo políticas e ações que efetivem a inclusão no Ensino Superior, através da busca conceitual, política e prática pelo acesso, permanência e qualidade em todos os níveis, espaços e cotidianos da Universidade”.

Para compreendermos a abrangência do núcleo e o papel que desempenha no acesso, permanência e êxito é preciso acompanhar algumas informações institucionais. De acordo com os dados abertos (2022-2024) do Plano Institucional, a instituição conta com seis campi: Campus Capão do Leão, Campus Porto, Campus Centro, Campus Norte, o Campus Fragata e o Campus Anglo, neste último localiza-se a Reitoria e demais unidades administrativas. Somado a estrutura, a UFPEl possui 22 unidades acadêmicas que computam, no total, 96 cursos de Graduação presenciais e três cursos de graduação a distância. Na pós-graduação, são 26 doutorados, 50 mestrados, seis cursos de mestrado profissional e 34 cursos de especialização. Quanto ao público interno, 15.878 discentes de graduação presencial, 720 discentes de graduação EAD, 3.111 discentes de pós-graduação, 1.252 técnicos administrativos e 1.472 docentes.

Com base nesses números, é possível afirmarmos que estamos diante de uma instituição complexa, que abarca mais de 20 mil estudantes e conta com aproximadamente 3000 servidores efetivos, além dos terceirizados no setor de segurança, transporte, alimentação, portaria, limpeza, Intérpretes de Libras,

¹ O NAI foi aprovado pelo Conselho Universitário em março de 2016 dado a efetivação da Lei 13.409/2016, que dispõe sobre as cotas para pessoas com deficiência no Ensino Superior.

entre outros. É nesse cenário que o NAI atua, tendo como princípio balizador a inclusão qualificada de todos e todas, agindo de forma a potencializar a emancipação, a autonomia e o pertencimento.

Atualmente o núcleo atende 263 estudantes dos quais 41 acadêmicos com deficiência auditiva e ou surdez, 69 estudantes com deficiência física, 45 alunos (as) com deficiência visual e ou baixa visão, 58 com Transtorno do Espectro Autista, 24 com deficiência intelectual, 9 estudantes com deficiência múltipla, 4 estudantes com Altas Habilidades e Superdotação e outros 23 acadêmicos (as) com deficiências e transtornos mistos. Frente ao número total de acadêmicos (as) da UFPel, conclui-se que ainda estamos aquém de um número fiel à realidade. Por esse motivo é fundamental a divulgação do núcleo nos mais variados espaços da instituição, em acolhidas de cursos, entre os pares e em eventos institucionais diversos. Cabe ressaltar que o Plano de Desenvolvimento Institucional (2022-2026), no eixo Gestão Acadêmica, prevê uma série de objetivos estratégicos com metas e ações voltadas à inclusão, conforme descrito no PDI.

Ação 2: Fortalecer a comunidade acadêmica enquanto inclusiva e promotora da acessibilidade a todos. Meta A: Oferecer e publicizar, anualmente, seminários, oficinas e cursos para toda a comunidade acadêmica sobre acessibilidade e inclusão. Indicador A: Número de atividades realizadas por ano, no mínimo quatro. Meta B: Aumentar progressivamente o ingresso e permanência de estudantes com deficiência. Indicador B: Número de ingressantes e percentual de permanência de estudantes com deficiências.

O acesso ao NAI traz a possibilidade de alcance a alguns serviços (tutoria, acompanhamento psicológico e atendimento com psicopedagoga). O ingresso como acadêmico (a) atendido pelo NAI ocorre de duas formas, uma via através da inscrição por cotas nos processos seletivos SISU, PAVE e Processos Especiais, em que o (a) candidato (a) encaminha a documentação, acompanhado da Declaração de Deficiência, submetendo-se a análise documental por banca constituída para fins de avaliação. Em caso de indeferimento, constitui-se uma segunda banca recursal na qual será possível que novos documentos sejam reenviados para comprovação.

A outra decorre de discentes que já estão cursando o ensino superior e obtêm diagnósticos tardios, são ingressantes por ampla concorrência ou outra modalidade de cota. O procedimento obedece ao mesmo ritual, no qual o candidato (a) envia a documentação e aguarda a análise de banca e constituição de parecer.

Ao torna-se sujeito de direito da política de ações afirmativas a próxima etapa inclui contato com a Seção de Atendimento Educacional Especializado, através de agendamento com a psicopedagoga que juntamente com o estudante irá produzir um documento orientador pedagógico. Nesse documento constam estratégias de ensino para os docentes, versando sobre a adaptação dos materiais, a avaliação, o tempo de atividade e a contextualização sobre o sujeito e as suas especificidades. Sendo possível, o estudante acompanhado pelo NAI poderá contar com tutoria do curso ou de áreas próximas. Atualmente o núcleo dispõe de parceria com o curso de Psicologia que disponibilizou 5 estagiários (as) para o acolhimento, em horário fixo, uma vez na semana. Todavia, a

demanda é bem maior, restando lista de espera para atendimentos com os (as) psicólogos (as). Em breve o NAI também ofertará estagiários do curso de Terapia Ocupacional para complementar os atendimentos.

2. METODOLOGIA

O aporte metodológico valeu-se de pesquisa qualitativa e bibliográfica, que analisou documentos institucionais, legislação federal e resoluções internas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A experiência enquanto acadêmicos (as) de cursos de licenciaturas e bacharelados e as vivências como tutores do NAI (Núcleo de Acessibilidade e Inclusão) da Universidade Federal de Pelotas permitiu esse exercício de reflexão no que tange ao campo profissional de atuação, ou seja, o da educação inclusiva. Percebemos que a divulgação do NAI na comunidade externa e interna, poderá aproximar mais sujeitos com deficiência ingressando e sendo acompanhados (as) na universidade.

4. CONCLUSÃO

A inclusão de acadêmicos (as) com deficiência no ensino superior tem constituído uma nova identidade universitária, mas para que estes alunos (as) sejam verdadeiramente inseridos na vida acadêmica, no meio social e como futuros profissionais em suas respectivas áreas se faz mister transpor algumas barreiras. Finalizamos afirmando que a diversidade é o perfil de uma sociedade que presa pelo respeito à diferença e à cidadania, e é nessa direção que o NAI e a sua equipe trabalha constantemente, buscando garantir o acesso, a permanência e o êxito da pessoa com deficiência no ensino superior.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei n. 13.146, de 06 de julho de 2015. Brasília. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

UFPEL. Plano de Desenvolvimento Institucional (2022-2026). Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/planejamentoufpel/pdi-vigente-2022-2026/> Acesso em 19/09/2023.

UFPEL. Resolução Nº 03, de 23 Fevereiro de 2018. Dispõe sobre a Política de Ações Afirmativas para Pessoas com Deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA), Altas Habilidades e Superdotação no âmbito dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação da UFPel.